



SAÚDE DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Andrea Nicioli

Gabriel Silva

Jorge Avila

Joyce Andrade

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Programa/Projeto:

SAÚDE DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Data de Implementação do Programa/Projeto:

03/2023¹

Localização:

CAMPINAS-SP

População do Município:

Estimativa IBGE 2024: 1.185.977 habitantes²

Instituição:

Secretaria Municipal de Saúde / Departamento de Ensino Pesquisa e Saúde Digital

Dirigente Responsável pela Validação:

Thais Leitão Ramos Luiz; Marcelle Benetti

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Saúde Digital do município de Campinas foi concebido como uma resposta estratégica aos desafios históricos enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no território municipal, a partir de uma proposta de modernização que articula tecnologia, inovação em gestão e fortalecimento das relações entre usuários e serviços. Sua implementação teve início em março de 2023, em um contexto marcado por demandas reprimidas, filas prolongadas para atendimento especializado, fragmentação da assistência e limitada interoperabilidade entre os sistemas de informação em saúde. A experiência vivida durante a pandemia de COVID-19 escancarou tais fragilidades e, ao mesmo tempo, serviu como catalisadora para mudanças estruturais urgentes, especialmente na forma de prestar cuidado e garantir acesso aos serviços.

Campinas, que já contava com um ecossistema local favorável à inovação – envolvendo universidades públicas, centros de pesquisa, polos tecnológicos e uma rede de serviços de saúde capilarizada – utilizou esse potencial para desenvolver um modelo próprio de transformação digital em saúde pública. A proposta do programa estruturou-se em três eixos interdependentes: o fortalecimento da infraestrutura tecnológica, a reconfiguração inteligente dos fluxos assistenciais e a capacitação contínua dos profissionais de saúde. Essa combinação permitiu a implantação de soluções como plataformas de teleconsulta e teleinterconsulta, o prontuário eletrônico unificado e ferramentas de apoio à decisão clínica, além de promover a integração entre níveis de atenção e entre diferentes pontos da rede municipal de saúde.

A operacionalização do programa envolveu inicialmente a regulamentação local da prática da telessaúde por meio de decretos municipais, os quais definiram a obrigatoriedade de disponibilização de carga horária específica para atividades de telemedicina por parte dos profissionais e residentes médicos da rede municipal.⁵ Foram planejadas e executadas diversas capacitações interdisciplinares voltadas ao uso das novas ferramentas digitais, promovendo não apenas o domínio técnico, mas também a mudança de paradigma no modo de cuidar, com valorização do vínculo e da integralidade do atendimento, mesmo em contextos mediados por tecnologia.

O programa se materializa, portanto, na prática cotidiana das unidades de saúde por meio da realização de teleconsultas, teleinterconsultas, registros clínicos integrados, uso de dados para regulação da assistência, e produção de conteúdos educativos digitais, consolidando um novo modelo de atenção híbrida. Esse modelo não substitui o atendimento presencial, mas o complementa, ampliando o acesso, garantindo continuidade ao cuidado e reduzindo as iniquidades. Além disso, o uso intensivo de dados e indicadores permite monitorar a resolutividade dos atendimentos, a taxa de conversão para consultas presenciais e a satisfação tanto dos usuários quanto dos profissionais de saúde.

Em pouco mais de um ano, a Saúde Digital em Campinas alcançou resultados



expressivos, com dezenas de milhares de atendimentos realizados por meios digitais, queda significativa no absenteísmo e redução das filas em especialidades estratégicas como dermatologia, por meio de projetos-piloto em parceria com instituições acadêmicas. Além dos ganhos quantitativos, o programa promove mudanças qualitativas na cultura organizacional, favorecendo a adoção de práticas baseadas em evidências, o uso ético da tecnologia e o engajamento dos profissionais com uma visão ampliada de cuidado.

Esses avanços, no entanto, dependem de condições estruturais e institucionais para sua continuidade e consolidação. Entre os principais pressupostos estão a manutenção da infraestrutura tecnológica e de conectividade nas unidades, a garantia de financiamento público e suporte técnico adequado, a participação ativa da população no uso das ferramentas digitais, e a existência de uma governança ágil, capaz de articular múltiplos setores e responder rapidamente a desafios operacionais e éticos.

O Programa Saúde Digital de Campinas se apresenta, assim, não apenas como uma política pública de inovação, mas como um novo paradigma de gestão e cuidado no SUS municipal. Sua trajetória evidencia que a saúde pública do século XXI exige modelos híbridos que saibam integrar a sofisticação tecnológica à humanização, orientando a ação do Estado pelas reais necessidades da população e oferecendo respostas eficazes, inclusivas e sustentáveis aos desafios da saúde coletiva.

Por meio do programa, instituído pelo Decreto Municipal nº 22.387, de 20 de setembro de 2022⁴ e através de Tecnologias de Informação e Comunicação, foi e será possível ampliar o acesso à saúde integral, qualificando a assistência, da prevenção à terapêutica; e oferecer inovação em Ensino em Saúde, para todos, em qualquer localização, em todos os níveis de atenção e serviços, próprios e/ou parceiros em distintas modalidades de atendimento:

I - Teleconsulta: Atendimento à distância, suporte assistencial, consultas, monitoramento e diagnóstico, clínico ambulatoriais, realizados por médicos e outros profissionais de nível superior por meio de tecnologia da informação e comunicação. Nesta modalidade o paciente pode receber um atendimento diretamente com o médico por meio de videochamada, utilizando o computador ou celular próprio, ou infraestrutura de uma unidade de saúde. Pode ser realizada com médicos clínicos gerais ou de especialidades credenciados ou de outras unidades que são especialistas em dermatologia, reumatologia, gastroenterologia, proctologia e neurologia.

II - Teleinterconsulta: Ocorre quando há troca de informações e opiniões entre profissionais de saúde, com ou sem a presença do paciente, para auxílio diagnóstico ou terapêutico, clínico ou cirúrgico; Nesta modalidade o médico da unidade de saúde percebe a necessidade do apoio, suporte e avaliação conjunta com um outro profissional especialista, ele pode, por meio do uso da plataforma de telessaúde, fazer uma solicitação na especialidade. Profissionais das Policlínicas e outros parceiros do Município optimizam esta assistência quando atendem aos chamados para fazer orientações, indicações de exames e outras condutas para o médico da família do paciente. Esta oferta já está disponível para as

áreas de cardiologia, cardiopediatria, endocrinologia, endocrinopediatria, gastroenterologia, proctologia, urologia e hematologia. Com isso, o paciente recebe dois atendimentos em única consulta. Há ainda teleinterconsultas multiprofissionais para suporte às equipes, como no caso do Centro de Referência ao Idoso.

III - Telematriciamento: Espaço formal de trocas de informação por meio de tecnologia de informação e comunicação, onde médicos, gestores e profissionais de saúde poderão trocar conhecimento sobre procedimentos e ações de saúde, compartilhando modelos de atenção, ações, condutas e protocolos visando melhorias assistenciais ao paciente, processo de educação continuada, vigilância em saúde, padronização de fluxos e procedimentos;

IV - Telemonitoramento: Acompanhamento remoto da evolução do tratamento, exames diagnósticos e de controle e respectivas orientações de condutas ao paciente ou ações de vigilância à distância de situações ou parâmetros de saúde e/ou doença;

V - Teletriagem: Ato realizado por um profissional de saúde com pré-avaliação dos sintomas, à distância, para definição e direcionamento do paciente ao tipo adequado de assistência necessária;

VI - Teleorientação: Orientações não presenciais aos pacientes, familiares ou responsáveis, em cuidados em relação à saúde, adequação de conduta clínica terapêutica já estabelecida, orientações gerais em pré-exames ou pós-exames diagnósticos, pós-intervenções clínico-cirúrgicas e

VII - Telesupervisão/Teletutoria: Orientações não presenciais aos pacientes, familiares ou responsáveis, em cuidados em relação à saúde, adequação de conduta clínica terapêutica já estabelecida, orientações gerais em pré-exames ou pós-exames diagnósticos, pós-intervenções clínico-cirúrgicas;

Assim, em síntese, o Programa Saúde Digital de Campinas consolida-se como uma iniciativa estruturante e transformadora dentro da política municipal de saúde, alinhada às diretrizes nacionais de inovação tecnológica no SUS. Ao integrar diversas modalidades de telessaúde regulamentadas, promover a ampliação do acesso com equidade e qualificar a prática clínica por meio de ferramentas digitais, o programa inaugura um novo modelo de cuidado híbrido, centrado na integralidade, na resolutividade e na experiência do usuário. Sua continuidade e expansão dependem do fortalecimento da governança, da sustentabilidade dos recursos e do compromisso permanente com a formação, avaliação e participação ativa de todos os atores envolvidos na rede municipal de saúde.

1.1. Contexto

O Programa Saúde Digital de Campinas surge em um cenário real e urgente, marcado pela crescente pressão sobre o Sistema Único de Saúde municipal. Em 2023, o SUS Campinas registrou 3.345.646 atendimentos³ nos 68 centros de saúde, um recorde até então, que representa alta de mais de 20% em relação a 2022. Nesse mesmo ano, 815.001 pacientes estavam cadastrados no SUS Municipal, refletindo a inserção de dezenas de milhares de novos usuários em apenas 12 meses.

Essa explosão de demanda evidenciou diversos desafios estruturais: filas prolongadas para consultas e exames e atrasos no atendimento especializado. A fragmentação assistencial era intensificada ainda pela ausência de um prontuário unificado, prejudicando em muitos casos a integração entre unidades e comprometendo o cuidado contínuo.

A pandemia de COVID-19 já havia exacerbado essas fragilidades, ao mesmo tempo em que acelerou a adoção de soluções digitais na saúde. A necessidade de reorganizar fluxos assistenciais e otimizar recursos ganhou urgência, abrindo espaço para tecnologias inovadoras capazes de melhorar o acesso, reduzir esperas e fortalecer a gestão operacional.

Vale destacar que Campinas possui uma vocação tecnológica consolidada, caracterizada pela presença de universidades de excelência, centros de pesquisa de referência e um ecossistema de inovação robusto. Essa conjuntura oferece as condições necessárias para a adoção de soluções digitais avançadas, capazes de transformar a realidade da saúde pública municipal. A combinação entre os problemas estruturais urgentes e o potencial tecnológico disponível configura um ambiente propício para a implementação de iniciativas como o Programa Saúde Digital. Tal programa surge como uma resposta estratégica não apenas para modernizar o SUS em Campinas, mas também para promover melhorias tangíveis na qualidade do cuidado ofertado à população, alinhando-se às demandas contemporâneas por um sistema de saúde mais eficiente, integrado e centrado no paciente.

Dessa forma, a incorporação de tecnologias digitais e de inteligência artificial é uma oportunidade para superar os entraves históricos, otimizar a gestão de recursos e, sobretudo, garantir um atendimento mais ágil e resolutivo, em conformidade com os princípios de universalidade e integralidade do SUS. A experiência de Campinas pode servir, ainda, como modelo para outros municípios que enfrentam desafios semelhantes, demonstrando como a inovação tecnológica, quando aliada a políticas públicas bem estruturadas, pode transformar a realidade da saúde pública no Brasil.

Neste contexto, a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas criou, em 2023, o Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital (DEPS), formalizado por meio da Lei Complementar nº 421, de 29 de junho de 2023, que reorganizou a estrutura da SMS e instituiu o DEPS como instância essencial para a inovação e a governança da estratégia digital em saúde. O DEPS foi concebido como um núcleo articulador que integra educação permanente, pesquisa aplicada e gestão tecnológica, conferindo ao Programa Saúde Digital uma base institucional sólida e orientada por evidências.



Como instância de governança, o DEPS centraliza atividades fundamentais para o sucesso do programa: regulamentação das modalidades de telessaúde (teleconsulta, teleinterconsulta, telemonitoramento, etc.), coordenação operacional das agendas digitais e monitoramento dos indicadores de desempenho do sistema. Esse arranjo institucional garante padronização de protocolos, certificação técnica dos profissionais e condução de capacitações interprofissionais, fortalecendo a qualidade e a segurança na implementação.

Além disso, o DEPS atua como ponte colaborativa com o ecossistema científico e educacional local. A partir dele, foram estabelecidas parcerias com universidades, centros de pesquisa e órgãos formadores, favorecendo a inovação metodológica e tecnológica do programa, e estruturando a produção de conhecimento no campo da saúde digital. É nesse âmbito que se originou a Escola de Saúde Pública de Campinas (ESPC), vinculada ao DEPS, responsável pela formação continuada dos profissionais do SUS municipal e pela promoção da educação permanente com foco em tecnologias de informação em saúde.⁶

Dessa forma, o DEPS não atua apenas como gestão técnica, mas como núcleo estratégico que articula ensino, serviço e inovação. Sua presença institucional viabiliza a implementação sustentável de um modelo assistencial híbrido – que combina tecnologia, cuidado humanizado e resultados efetivos – permanecendo alinhado aos princípios do SUS e adaptado às necessidades sociais e do território de Campinas.

Nesse panorama, a criação do Programa Saúde Digital e do DEPS representou uma inflexão estratégica na forma como Campinas enfrenta seus desafios estruturais em saúde pública. Ao articular tecnologia, gestão e formação contínua sob uma mesma diretriz institucional, o município consolidou as bases para uma política pública inovadora, sustentável e replicável. A transformação digital deixou, assim, de ser uma proposta abstrata para se concretizar em ações integradas, estruturadas e alinhadas às necessidades reais da população, promovendo uma nova cultura de cuidado – mais eficiente, acessível e centrada no cidadão.

É importante ressaltar ainda que, em março de 2024, por meio da PORTARIA GM/MS N° 3.232, DE 1º DE MARÇO DE 2024, o Ministério da Saúde (MS) propôs aos municípios da federação, a adesão ao Programa SUS Digital (PSD) com finalidade de promover a Transformação Digital no SUS. Trata-se de uma estratégia norteadora federal para a modernização dos serviços e soluções para o Sistema Único de Saúde (SUS), projetando alcance de maior eficiência e acesso à população. O PSD tem como objetivo suscitar e impulsionar oferta ampliada aos serviços de saúde, promovendo o cuidado integral e eficiente em todas as etapas do atendimento e em todo território brasileiro. Com foco na transformação digital, o SUS Digital pretende conectar os cidadãos ao SUS, com equidade, integralidade, segurança, inovação e eficiência. Integrar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) para o aprimoramento da gestão, da qualificação assistencial até a experiência do usuário e neste contexto Campinas iniciou as atividades do programa com meta de acelerar o processo de Transformação Digital já iniciado em março de 2023 após a implantação da Saúde Digital no município.

1.2. Público-alvo

O Programa Saúde Digital de Campinas foi concebido para atender, de maneira ampla e estratégica, aos diferentes públicos envolvidos na prest o e na utiliza o dos serviços do Sistema  nico de Saúde (SUS) no m unicipio. Seu escopo abrange tanto os usuários da rede pública de saúde, que demandam acesso qualificado e resolutivo, quanto os profissionais que compõem a força de trabalho do SUS Campinas, com foco na form o o continuada e no fortalecimento da capacidade técnica para atuar em contextos mediados por tecnologia.

Entre os principais beneficiários diretos do programa estão os pacientes com condi es clínicas variadas, contemplando desde quadros agudos, que requerem interven es rápidas e direcionamento clínico imediato, até casos cr nicos, que exigem monitoramento constante, acompanhamento multiprofissional e integra o entre níveis de aten o. A esses grupos soma-se uma parcela significativa da popula o que compõe as listas de espera por exames complementares e consultas especializadas, historicamente impactada pela dificuldade de acesso e pela lentidão na resposta assistencial. O programa, ao incorporar modalidades como teleconsulta e teleinterconsulta, busca justamente reduzir essa demanda reprimida, encurtando o tempo de espera e ampliando a resolutividade na Aten o Primária  o Saúde (APS).

De forma complementar, o público-alvo do programa abrange os profissionais de saúde da rede SUS Campinas, que desempenham papel essencial na operacionaliza o da saúde digital. A estes, o programa oferece form o o técnica continuada, com foco em competências específicas como telemonitoramento de pacientes, execu o e gestão de teleconsultas e uso de plataformas digitais de apoio  o decisão clínica. A edu o permanente   um dos pilares estruturantes do programa, permitindo que médicos, enfermeiros, técnicos e gestores desenvolvam habilidades digitais, técnicas e assistenciais, necessárias para a condu o de um novo modelo de cuidado híbrido.

Ao integrar os usuários do SUS e os profissionais da saúde como públicos-alvo prioritários, o Programa Saúde Digital promove a qualifica o simultânea da demanda e da oferta de serviços. Esse alinhamento fortalece a capacidade do m unicipio de responder com maior agilidade, eficiência e equidade às necessidades do território, contribuindo para a consolida o de um sistema de saúde mais acessível, integrado e orientado ao cuidado centrado na pessoa.

1.3. Objetivos do programa

Em consonância com a diretriz nacional estabelecida pelo Ministério da Saúde, o Programa Saúde Digital de Campinas alinha-se aos objetivos do Programa SUS Digital, instituído pela Portaria GM/MS não 3.232/2024, cuja finalidade   promover a transforma o digital no âmbito do Sistema  nico de Saúde, ampliando o acesso da popula o a a es e serviços de saúde com base nos princípios da integralidade, da resolutividade e da equidade.



A transformação digital, conforme concebida pela política federal, abrange todo o espectro das práticas em saúde – da atenção integral à vigilância, da formação permanente de profissionais à gestão, da inovação tecnológica à pesquisa em saúde pública. Nesse sentido, o programa de Campinas compartilha dos mesmos fundamentos ao incorporar recursos como telemedicina, telessaúde, interoperabilidade de sistemas e inteligência artificial, não apenas como ferramentas operacionais, mas como instrumentos estruturantes para reorganizar a oferta e a experiência do cuidado no SUS.

Entre os objetivos específicos que orientam tanto o plano nacional quanto o municipal, destacam-se a promoção do uso ético e estratégico das tecnologias digitais no sistema público de saúde, o fomento a soluções colaborativas e de código aberto, e o incentivo à formação continuada de trabalhadores da saúde no campo da saúde digital. O programa também visa estimular o letramento digital, a cultura de proteção de dados e o protagonismo cidadão na criação e uso de soluções tecnológicas, contribuindo diretamente para o fortalecimento de um ecossistema público de inovação em saúde.

No âmbito técnico-operacional, tanto a política nacional quanto a estratégia municipal buscam fortalecer a interoperabilidade entre bases de dados clínicos e administrativos, reduzir desigualdades territoriais no acesso à saúde digital, e ampliar a maturidade digital das estruturas do SUS, com vistas à criação de um ambiente mais integrado, colaborativo e eficiente para gestão e prestação de serviços.

Ao incorporar tais princípios e metas, o Programa Saúde Digital de Campinas se consolida como uma experiência local plenamente aderente às diretrizes do SUS Digital, demonstrando que a transformação digital, mais do que uma modernização tecnológica, é uma estratégia de requalificação profunda do sistema público de saúde, com impactos esperados na universalização do acesso, na qualificação do cuidado e na eficiência da gestão em todos os níveis.

Além dos objetivos já delineados, espera-se que o programa também contribua de forma decisiva para a ampliação e qualificação do acesso, mediante a implementação de soluções digitais que promovam maior fluidez nos fluxos de atendimento e maior eficiência na alocação de recursos. Busca-se ainda a otimização da capacidade assistencial, por meio da automação de processos, do gerenciamento inteligente das agendas e da ampliação dos atendimentos especializados por vias remotas, sobretudo via telemedicina, o que poderá reduzir significativamente a demanda reprimida por consultas e exames.

Outro aspecto central é o fortalecimento do matriciamento entre equipes, especialmente entre a Atenção Primária e os serviços de média e alta complexidade, por meio de ferramentas que facilitem a segunda opinião formativa, o compartilhamento de protocolos e a tomada de decisões clínicas integradas, o que tende a descentralizar o cuidado e melhorar a resolutividade. Soma-se a isso a implementação de soluções baseadas em inteligência artificial, voltadas à priorização de casos com base em critérios de gravidade, ao apoio diagnóstico e à previsão de demandas, possibilitando alocação proativa e mais racional de recursos.

Por fim, a unificação dos prontuários eletrônicos, com interoperabilidade entre os

diferentes sistemas de informação, é uma meta estratégica que visa garantir o registro único e seguro do paciente em toda a rede municipal. Isso permitirá maior continuidade do cuidado, fortalecimento do vínculo com os serviços e maior eficiência no uso das informações clínicas, promovendo, em última instância, um modelo de cuidado mais coordenado, seguro e centrado na pessoa.

Dessa forma, o conjunto de objetivos do Programa Saúde Digital de Campinas traduz uma agenda transformadora que, ao mesmo tempo em que responde a desafios locais históricos, insere o município na vanguarda das políticas públicas de inovação em saúde, com potencial de gerar impactos positivos duradouros sobre o acesso, a qualidade e a equidade na atenção à saúde.

1.4. Quadro normativo

A implementação do Programa Saúde Digital em Campinas está sustentada por um conjunto normativo robusto, que articula diretrizes federais e marcos regulatórios municipais, assegurando base jurídica e institucional para sua governança, operação e expansão. A seguir, são destacadas as principais normas que compõem o quadro institucional do programa:

- Portaria GM/MS nº 3.232, de 4 de março de 2024 – Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa SUS Digital, cujo objetivo é promover a transformação digital no Sistema Único de Saúde por meio da ampliação do acesso, qualificação da atenção, modernização da gestão e fortalecimento da interoperabilidade e da proteção de dados. Estabelece objetivos gerais e específicos, definindo a saúde digital como um campo multidisciplinar que integra software, hardware, inteligência artificial, telessaúde, prontuários eletrônicos e outras soluções voltadas à inovação no SUS.
- Decreto Municipal nº 22.387, de 20 de setembro de 2023 – Regulamenta, no âmbito do município de Campinas, a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para oferta de serviços assistenciais remotos. O decreto define oficialmente as modalidades de telessaúde a serem adotadas na rede municipal (como teleconsulta, teleinterconsulta, telemonitoramento, teletutoria, entre outras), bem como as diretrizes para sua operacionalização, garantindo respaldo normativo à atuação dos profissionais e à integração dos sistemas.
- Lei Complementar Municipal nº 421, de 29 de junho de 2023 – Reorganiza a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas e cria o Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital (DEPS), responsável por coordenar, regulamentar e monitorar as ações do Programa Saúde Digital. O DEPS passa a ser a instância de governança do programa, articulando formação profissional, inovação tecnológica, produção de

conhecimento e regulação das práticas digitais na rede municipal.

- Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) – Ainda que não mencionada diretamente nas normas municipais, esta lei federal segue sendo o fundamento legal do SUS e assegura, em seus princípios e diretrizes, a integralidade da atenção, a universalidade do acesso e a utilização da ciência e da tecnologia para a melhoria da saúde, princípios que se alinham diretamente às finalidades do Programa Saúde Digital.

Além dessas normas principais, o programa também dialoga com marcos normativos transversais, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), no que tange ao uso, tratamento e segurança das informações clínicas e pessoais dos usuários atendidos por meio das plataformas digitais do SUS.

Esse quadro institucional fornece a base jurídica necessária para que a estratégia de transformação digital em Campinas seja desenvolvida de forma segura, ética, participativa e em consonância com as diretrizes nacionais do SUS, assegurando legitimidade, governança e sustentabilidade às ações previstas no programa.

1.5. Recursos

Para garantir a viabilidade e efetividade do Programa Saúde Digital em Campinas, foram mobilizados diversos tipos de recursos – tecnológicos, financeiros, humanos e institucionais –, com participação de múltiplos atores, incluindo secretarias, unidades de saúde, entidades acadêmicas e apoio técnico de órgãos federais. Além disso, os seguintes recursos foram fundamentais ao processo de implantação e manutenção do programa:

1.5.1 Infraestrutura tecnológica

A rede municipal expandiu seu parque tecnológico nas unidades de saúde, com investimentos em computadores, tablets, terminais de autoatendimento e dispositivos médicos conectados, garantindo cobertura digital completa na rede básica. Paralelamente, houve investimento na melhoria da infraestrutura de conectividade, com instalação de redes de banda larga de alta velocidade, Wi-Fi seguro e sistemas redundantes, assegurando estabilidade e segurança nas comunicações em todas as unidades

1.5.2 Plataformas e sistemas digitais

Foram adquiridas e customizadas plataformas integradas para prontuário eletrônico unificado⁷, agendas online, telemedicina e ferramentas de análise de dados. A startup SAS Smart, vinculada à Unicamp, integrou a plataforma local aos sistemas nacionais como o e-SUS, permitindo interoperabilidade e integração de informações clínicas.

1.5.3 Capital humano

Profissionais de saúde da rede municipal recebem formação continuada via o DEPS e pela Escola de Saúde Pública de Campinas (ESPC), com programas de capacitação em saúde digital, teleconsultas, telemonitoramento e uso ético de dados clínicos. O DEPS conta com número expressivo de 16 mil alunos por ano na Instituição, fortalecendo assim o compromisso com a formação em saúde, promovendo estágios, aperfeiçoamento e residências. Em parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Campinas e com o Ministério da Saúde, investe na Saúde Digital para avançar cada vez mais em Telemedicina.⁸

1.5.4 Marco regulatório e governança institucional

O DEPS (Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital), criado pela Lei Complementar nº 421/2023, fornece a governança institucional do programa, com competências para estabelecer normas, protocolos clínicos, certificação profissional e articulação com autoridades e instituições acadêmicas. Também organiza as etapas do planejamento do Programa SUS Digital em Campinas, reunindo representantes de diversos departamentos da Saúde—como Vigilância, Regulação, Tecnologia e Gestão—in comissões interdepartamentais

1.5.5 Atores e parceiros institucionais

A Secretaria Municipal de Saúde é a gestora central do programa, contando com o apoio institucional do DEPS, da Coordenadoria de Saúde Digital e da Escola de Saúde Pública de Campinas (ESPC). Estabeleceram-se parcerias com a Unicamp e demais centros de pesquisa locais, fortalecendo o caráter científico e inovador da estratégia digital. O Ministério da Saúde também participa via orientação técnica e apoio à formação em saúde digital.

1.5.6 Orçamento e suporte financeiro

O programa utiliza recursos do Fundo Municipal de Saúde destinados à aquisição de equipamentos, contratação de serviços tecnológicos e financiamento das capacitações profissionais. Contempla-se também eventual apoio financeiro complementar do Ministério da Saúde na linha de programas de inovação e digitalização do SUS.

Este quadro de recursos evidencia que o programa mobiliza tanto insumos concretos — como infraestrutura e plataformas digitais — quanto capital institucional e humano — com capacitação, normas e parcerias técnicas — compondo uma base robusta para a transformação digital da atenção à saúde em Campinas.

1.6. Atividades

Com base nos documentos do Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital (DEPS) e nas diretrizes estratégicas do Programa Saúde Digital no município de Campinas,



as atividades realizadas no âmbito da gestão, assistência e desenvolvimento institucional podem ser organizadas conforme os seguintes eixos de atuação:

1.6.1. Governança e planejamento estratégico

No campo da governança, o programa atua por meio da normatização de fluxos para atividades, padronização de documentos, monitoramento de indicadores, elaboração de relatórios e sistematização de feedbacks. Tais ações visam garantir a padronização e o acompanhamento contínuo dos processos internos, proporcionando maior controle e capacidade de avaliação. No que tange ao planejamento, as principais atividades envolvem a submissão de projetos, monitoramento de cronogramas e análise de indicadores, com foco na execução eficiente das iniciativas vinculadas à transformação digital da saúde pública municipal.

1.6.2. Gestão assistencial e inovação tecnológica

A área de gestão assistencial contempla a revisão de funcionalidades dos sistemas utilizados, a normatização de processos clínicos digitais, a emissão de relatórios de intercorrências, bem como a sistematização de novas funcionalidades e a operação assistida para correções e melhorias. Além disso, o eixo da aquisição de tecnologias incorpora atividades de pesquisa e análise de soluções, bem como discussão e avaliação colegiada para garantir a aderência técnica e ética das inovações adotadas.

1.6.3. Capacitação profissional e produção científica

Com vistas à sustentabilidade do programa e à qualificação da força de trabalho, o DEPS realiza capacitações presenciais e remotas em telessaúde e investe na formação em saúde digital. Em paralelo, promove-se a identificação de experiências exitosas, a análise de bases de dados em saúde digital e projetos relacionados, além do fomento à elaboração de artigos e trabalhos científicos. Essas ações visam consolidar a base técnico-científica do programa, impulsionando o protagonismo do município no cenário da inovação em saúde.

1.6.4. Fortalecimento da assistência em saúde

No campo assistencial, o programa atua na normatização para identificação de necessidades de saúde, submissão de projetos assistenciais, elaboração de documentos norteadores, análise colegiada de indicadores, monitoramento do impacto assistencial e implantação de processos de melhoria contínua baseados em feedbacks. Esse conjunto de atividades busca garantir a efetividade das intervenções, a integralidade do cuidado e o aperfeiçoamento constante da atenção à saúde.

1.6.5. Divulgação e engajamento da comunidade e das equipes



Como estratégia de sustentação e adesão, o programa também investe em ações robustas de comunicação e mobilização social. No âmbito da população, realizam-se campanhas de comunicação para usuários do SUS, com desenvolvimento de materiais informativos (digitais e impressos), divulgação em redes sociais e parcerias com veículos locais, com o objetivo de conscientizar a população sobre as novas ferramentas digitais e seus benefícios para o cuidado em saúde.

Paralelamente, o engajamento dos profissionais de saúde é promovido por meio da realização de workshops, webinars e reuniões setoriais, visando apresentar os objetivos do programa, esclarecer dúvidas e estimular a adoção efetiva das tecnologias pelas equipes de saúde.

Dessa forma, observa-se que o Programa Saúde Digital em Campinas não se restringe à digitalização de serviços, mas incorpora uma abordagem abrangente que articula gestão, inovação, assistência, formação e pesquisa, com ações estruturadas nos macroprocessos institucionais do DEPS.

1.7. Produtos

O Programa Saúde Digital de Campinas entrega ao público-alvo um conjunto de serviços, bens digitais, plataformas e ferramentas, resultantes da mobilização das atividades estruturadas ao longo do programa. Abaixo os principais produtos oferecidos:

1.7.1. Teleatendimento e telessaúde

- Plataforma de teleconsultas médicas e multiprofissionais: permite atendimentos remotos entre profissionais da saúde e pacientes do SUS municipal, ampliando o acesso a especialistas e reduzindo deslocamentos desnecessários.
- Ferramenta de matrículamento digital: suporte colaborativo entre equipes de diferentes níveis de atenção, facilitando discussões clínicas em tempo real e promovendo segunda opinião multiprofissional.

1.7.2. Soluções de inteligência artificial

- Assistente virtual com IA ("Ana"): auxilia profissionais na análise de sintomas, sugestão de condutas, e priorização de casos por nível de gravidade.
- Chatbot automatizado para agendamentos e lembretes: interface via app, SMS ou e-mail para marcação de consultas e para envio de notificações automáticas, reduzindo faltas e melhorando adesão ao cuidado.

1.7.3. Gestão Clínica Integrada



Prontuário Eletrônico Unificado (PEU): plataforma centralizada contendo histórico clínico completo do paciente, acessível em toda a rede SUS Campinas. Garante interoperabilidade, rastreabilidade do cuidado e conformidade com a LGPD em segurança de dados.

1.7.4. Capacitação Tecnológica

Plataforma de educação em saúde digital: ambiente virtual para cursos certificados sobre uso de prontuários eletrônicos, boas práticas em telemedicina, interpretação de dados clínicos e ética digital. Oferecida via DEPS e ESPC em parceria com instituições de ensino locais.

1.7.5. Infraestrutura digital

Rede de conectividade de alta velocidade e Wi-Fi seguro nas unidades de saúde com redundância tecnológica para garantir estabilidade, segurança e disponibilidade constante dos serviços digitais em toda a rede municipal.

1.7.6. Otimização de processos

Fluxos assistenciais reorganizados: redesenho dos percursos do paciente integrando triagem digital automática, encaminhamento remoto e painéis gerenciais com dados em tempo real, facilitando a governança e a tomada de decisão baseada em evidência.

Esses produtos representam entregas concretas do programa e são o ponto de partida para os resultados esperados: maior resolutividade no atendimento, redução da demanda reprimida, fortalecimento do vínculo com o cuidado e qualificação técnica dos profissionais.

1.8. Resultados

A implementação do Programa Saúde Digital no município de Campinas já apresenta efeitos concretos de médio prazo, observáveis especialmente na qualificação da assistência e na significativa redução da demanda reprimida, em consonância com os objetivos do programa. A título de evidência, até Abril de 2024, foi possível observar expressiva queda nas filas de espera para consultas pré-cirúrgicas e exames especializados. Entre as consultas, destacam-se as reduções nas áreas de cirurgia geral, que passou de 1.578 para apenas 8 pacientes (redução de 99,4%), e no centro cirúrgico ambulatorial, que foi de 995 para 4 pacientes (redução de 99,5%). Outras especialidades também apresentaram quedas relevantes, como cardiologia (de 300 para 14 – redução de 95,3%), endocrinologia (de 404 para 34 – redução de 91,5%), hematologia (de 481 para 5 – redução de 98,9%), nefrologia (de 475 para 7 – redução de 98,5%) e gastroclínica (de 3.062 para 91 – redução de 97%).

Especialidades com alto volume de atendimentos, como neurologia pediátrica, oftalmologia/pediatria e odontologia, também apresentaram quedas importantes, demonstrando a efetividade do uso de tecnologias digitais e reorganização de fluxos.

Em relação aos exames, também houve avanços expressivos. O tempo de espera para realização de testes ergométricos foi reduzido de 321 para 6 pacientes (redução de 98,1%) e para espermogramas de 536 para 47 (redução de 91,2%). Exames com grande demanda, como a ultrassonografia transvaginal (de 4.636 para 3.136 – redução de 32,3%) e a ultrassonografia vascular (de 10.101 para 8.160 – redução de 19,2%) também apresentaram decréscimos relevantes, ainda que mais graduais. Esses resultados indicam que as soluções implementadas – como o uso de inteligência artificial para priorização, automatização de processos de agendamento e triagem digital, implantação do prontuário eletrônico único, bem como a expansão da conectividade e reorganização das rotinas – estão contribuindo para maior eficiência, celeridade e justiça no acesso à atenção especializada.

Além da digitalização e informatização da rede, tais resultados também são atribuídos à adoção do sistema informatizado SIRESP, que permitiu a reorganização dos fluxos e a padronização dos critérios clínicos para encaminhamentos; à atualização das bases de dados de usuários, com eliminação de duplicidades e exclusão de cadastros de pacientes já atendidos ou falecidos; e à reestruturação dos protocolos assistenciais, fortalecendo a linha de cuidado e a coordenação entre os níveis de atenção.

Portanto, os resultados observados até aqui confirmam a efetividade do Programa Saúde Digital na ampliação do acesso, na racionalização da rede assistencial e no fortalecimento da capacidade de resposta do SUS municipal às demandas da população, promovendo ganhos reais em resolutividade, qualidade do cuidado e gestão baseada em dados.⁹

1.9. Impactos

Embora o Programa Saúde Digital de Campinas ainda esteja em fase de consolidação, já é possível identificar os impactos de longo prazo que se esperam a partir da sua implementação. Estes impactos dizem respeito não apenas aos benefícios diretos para o público-alvo – usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município –, mas também aos efeitos estruturantes sobre o sistema de saúde como um todo, sobre os profissionais envolvidos e sobre a sociedade campineira de forma mais ampla.

1.9.1. Impactos clínicos e epidemiológicos

A incorporação de tecnologias digitais ao processo de cuidado permite a superação de gargalos históricos do SUS, promovendo: a redução de mortes evitáveis e complicações decorrentes de diagnósticos tardios, com agilização do acesso a consultas, exames e especialistas, permitindo intervenções precoces e baseadas em evidências; a melhoria contínua da qualidade de vida, especialmente para pacientes com doenças crônicas, por meio de acompanhamento remoto, telemonitoramento e cuidado centrado no usuário; a



atenção mais resolutiva na Atenção Primária, evitando sobrecarga dos serviços de urgência e reduzindo internações desnecessárias.

Esses resultados poderão se refletir, a longo prazo, na melhoria dos indicadores de morbimortalidade, especialmente entre populações vulneráveis.

1.9.2. Fortalecimento institucional do SUS

A digitalização da saúde fortalece a governança e a efetividade do SUS ao promover:

- Modernização do sistema público de saúde, com maior integração entre níveis de atenção, redução de filas, qualificação da gestão de fluxos assistenciais e uso racional de recursos.
- Transformação cultural na relação entre cidadãos e serviços públicos de saúde, com:
 - Autonomia ampliada por meio de ferramentas digitais de autogestão (agendamento online, acesso a resultados, comunicação por chatbot);
 - Transparência nos fluxos assistenciais, com informações acessíveis sobre prazos, disponibilidade e protocolos;
 - Redefinição do papel do usuário como agente ativo do próprio cuidado, fomentando o engajamento, a corresponsabilidade e o vínculo com o sistema público.
- Consolidação do modelo de saúde como ecossistema digital, que transcende a estrutura física das unidades e passa a integrar, de forma contínua, prevenção, promoção, monitoramento e cuidado remoto.

1.9.3. Desenvolvimento de capital humano

O programa gera efeitos estruturantes na formação e valorização dos trabalhadores da saúde, como: a ampliação das competências digitais dos profissionais, com formação em saúde digital, telemedicina, análise de dados clínicos e uso de prontuário eletrônico unificado; o estímulo à formação de lideranças técnicas e digitais dentro do SUS municipal, criando uma cultura interna de inovação e aprendizagem permanente; a redução da resistência à adoção de tecnologias por meio de experiências positivas, suporte técnico e ambientes seguros para capacitação.

1.9.4. Estímulo ao ecossistema local de inovação

Campinas já é reconhecida nacionalmente como polo de ciência, tecnologia e inovação. O programa potencializa esse papel ao: fomentar parcerias entre universidades, startups, centros de pesquisa e o setor público, para o desenvolvimento de soluções tecnológicas adaptadas à realidade do SUS; estimular a economia local, com contratação de serviços tecnológicos, apoio a soluções em saúde digital e atração de recursos por meio de editais, projetos piloto e cooperações internacionais; e posicionar Campinas como referência nacional em saúde digital, aumentando sua visibilidade e influência sobre políticas públicas do setor.

1.9.5. Sustentabilidade financeira e operacional

A médio e longo prazo, espera-se que o Programa Saúde Digital contribua para a sustentabilidade do sistema público de saúde por meio de:

- Redução de custos operacionais, com diminuição de:
 - Repetição de exames por falta de integração de dados;
 - Deslocamentos desnecessários de usuários;
 - Internações evitáveis por falhas no acompanhamento ambulatorial.
- Otimização do orçamento público, por meio de uma gestão baseada em dados em tempo real, permitindo melhor alocação de profissionais, leitos e insumos.

1.9.6. Legado transformador

A principal externalidade positiva esperada do programa é a consolidação, em Campinas, de um modelo de saúde pública mais: equitativo ao garantir acesso universal e não discriminatório às tecnologias digitais de cuidado; eficiente ao basear-se na inteligência de dados e automação de processos; e sustentável ao promover uso racional de recursos humanos, físicos e financeiros, com foco na resolutividade e no cuidado preventivo.

Ao transformar digitalmente o sistema municipal de saúde, o programa também oferece um modelo replicável para outras cidades, contribuindo com a inovação no SUS em nível nacional.



1.10. Pressupostos

A plena efetividade do Programa Saúde Digital depende de uma série de condições externas à sua governança direta. Embora a equipe coordenadora atue com planejamento, competência técnica e alinhamento estratégico, há fatores que fogem ao seu controle direto, mas que são essenciais para o funcionamento normal do programa, entrega dos produtos, alcance dos resultados esperados e consolidação dos impactos de longo prazo.

Esses pressupostos constituem variáveis críticas do ambiente institucional, social, político e econômico. A seguir, apresentam-se os principais:

1.10.1 Engajamento ativo e contínuo da população

A participação dos usuários do SUS é central para o sucesso do programa. Isso implica que:

- A população compreenda e aceite o uso de ferramentas digitais como o prontuário eletrônico, agendamentos online, teleconsultas e chatbots;
- Haja confiança no sistema digital e adesão aos novos fluxos de cuidado, incluindo participação em ações de telemonitoramento e atualização de dados pessoais;
- Os usuários se tornam coparticipantes do próprio cuidado em saúde, assumindo responsabilidades como comparecimento a consultas e correto uso dos canais digitais.

A falta de familiaridade com tecnologia ou desconfiança institucional pode comprometer seriamente a operação do programa.

1.10.2 Apropriação tecnológica pelos profissionais de saúde

O uso eficaz das plataformas digitais depende da adesão e competência técnica dos trabalhadores do SUS. Este pressuposto envolve: a capacidade dos profissionais de saúde em utilizar corretamente os sistemas implantados, como o Prontuário Eletrônico Unificado (PEU), ferramentas de telessaúde e dashboards clínicos; a aplicação clínica qualificada dessas ferramentas, com compreensão das potencialidades e dos limites da tecnologia; a superação de resistências culturais ou operacionais por parte das equipes de linha de frente.

A rotatividade de profissionais e a sobrecarga de trabalho podem dificultar a consolidação dessa apropriação tecnológica.

1.10.3 Integração Efetiva entre os Níveis de Atenção

Para que o cuidado seja realmente coordenado e contínuo, é necessário que: as diferentes unidades e níveis do SUS (atenção primária, especializada, hospitalar) operem de forma integrada; exista interoperabilidade técnica e institucional, com compartilhamento fluido e seguro de informações entre pontos distintos da rede; e os gestores locais reconheçam a importância do cuidado integral e atuem de forma articulada.

A fragmentação entre serviços e sistemas digitais incompatíveis pode enfraquecer a efetividade da política digital.

1.10.4 Gestão baseada em dados e inteligência artificial

O uso intensivo de dados é um dos pilares do programa, mas depende de condições externas como: atualização contínua de algoritmos, com base em evidências científicas e validações clínicas locais; infraestrutura robusta de armazenamento, segurança e tratamento de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); capacidade dos gestores de interpretar e utilizar as análises geradas, evitando decisões automatizadas sem contextualização.

A ausência de uma cultura organizacional baseada em dados compromete a inteligência da operação.

1.10.5 Capacidade adaptativa institucional

A inovação em saúde digital exige capacidade institucional para ajustar fluxos, políticas internas e procedimentos à medida que novas ferramentas são implementadas; agir de forma iterativa, com ciclos curtos de avaliação e correção; garantir continuidade administrativa, especialmente em contextos de mudanças de gestão ou reestruturações políticas.

Instabilidades na estrutura de governança, descontinuidade de investimentos e alta rotatividade de lideranças podem gerar rupturas nos processos de transformação digital.

1.10.6 Sustentabilidade das parcerias estratégicas

O programa depende do ecossistema de inovação local, que envolve a cooperação constante com universidades, startups, empresas de tecnologia e sociedade civil; o alinhamento de interesses entre os atores, com foco na solução de problemas públicos reais; e a capacidade de captação de recursos e manutenção de vínculos institucionais duradouros.

Rupturas nos convênios, cortes de financiamento ou desalinhamento de prioridades podem interromper o desenvolvimento de soluções e comprometer a sustentabilidade tecnológica do programa.

1.10.7 Condições socioeconômicas do território

Fatores externos ao setor da saúde também impactam diretamente a efetividade do programa, como:

- Nível de escolaridade e letramento digital da população, que afeta a capacidade de utilização dos serviços digitais;
- Desigualdade de acesso à internet ou dispositivos, especialmente entre populações periféricas ou em situação de vulnerabilidade;
- Cenário econômico e social, como desemprego, pobreza, violência urbana ou insegurança alimentar, que podem reduzir a prioridade dada à saúde digital pela população.

Neste item, é importante destacar O Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital (INMSD), instituído pelo Ministério da Saúde em 2024 por meio da Portaria GM/MS nº 3.727, e que representa um dos marcos mais relevantes na construção de um Sistema Único de Saúde verdadeiramente digital, eficiente e centrado no cidadão. Trata-se de um instrumento diagnóstico, avaliativo e estratégico que visa mensurar o grau de maturidade digital dos territórios, permitindo um olhar detalhado sobre as condições reais de implantação, consolidação e expansão de políticas de saúde digital no Brasil.

Mais do que uma métrica técnica, o INMSD é um indicador orientador de gestão, funcionando como bússola para a transformação digital dos municípios. Ele consolida dimensões que envolvem desde infraestrutura e governança até competências digitais dos profissionais, acesso da população aos recursos tecnológicos e integração das bases de dados.

O índice é composto por 5 grandes dimensões: Governança e Gestão da Saúde Digital, que avalia se há planejamento estratégico, normativas internas, mecanismos de monitoramento e uma estrutura institucional que suporte a transformação digital. Infraestrutura Tecnológica, que mapeia a disponibilidade de conectividade, equipamentos, softwares interoperáveis, e suporte técnico nas unidades de saúde. Capacidades dos Profissionais, que mede o grau de formação, treinamento e domínio dos trabalhadores do SUS quanto ao uso de ferramentas digitais (como prontuário eletrônico, sistemas de telessaúde e inteligência artificial). Uso de Serviços Digitais, que verifica se o município oferta efetivamente soluções digitais aos usuários, como agendamento online, acesso a exames, teleconsultas, e aplicativos móveis e Capacidade Analítica e Uso de Dados que analisa a utilização de dados para tomada de decisão clínica e gerencial, promovendo gestão inteligente baseada em evidências.

Assim, ao reunir dados padronizados de todo o país, o INMSD permite avaliar a maturidade de cada município com base em critérios objetivos; orientar políticas públicas sob medida, respeitando os desafios e potenciais regionais; priorizar investimentos federais conforme a situação real das redes locais; monitorar a evolução da transformação digital ao



longo do tempo e reduzir desigualdades digitais, fornecendo dados para ações compensatórias e suporte técnico especializado. Ademais, o índice promove a transparência na gestão pública, permitindo que gestores, conselhos de saúde e a população conheçam os avanços e lacunas em saúde digital de seu território.

A aplicação do INMSD é especialmente relevante para municípios como Campinas, que estão na vanguarda da digitalização da saúde. Por um lado, ele valida tecnicamente os avanços já realizados em frentes como prontuário eletrônico unificado, telessaúde, automação e capacitação digital. Por outro, oferece subsídios valiosos para antecipar e mitigar riscos associados a fatores externos, como: Desigualdade digital (acesso à internet e letramento); Condições socioeconômicas adversas; Ausência de interoperabilidade entre sistemas; Resistência institucional à inovação e Falta de atualização tecnológica.

Esses aspectos estão diretamente alinhados com o pressuposto 1.10.7 (“Condições Socioeconômicas do Território”), que reconhece que a efetividade de um programa de saúde digital não depende apenas da tecnologia, mas também de fatores estruturais e culturais que variam profundamente entre os territórios. O INMSD torna-se, portanto, ferramenta indispensável para garantir equidade, sustentabilidade e eficiência na implementação do Programa Saúde Digital no município.

Por fim, diante da complexidade e da natureza dinâmica da saúde digital, torna-se indispensável que o programa opere com alta capacidade adaptativa. A inovação tecnológica, especialmente quando aplicada em contextos públicos e desiguais, não pode ser estática ou uniforme. As realidades das unidades de saúde, os perfis populacionais, as infraestruturas locais e os contextos políticos e econômicos variam significativamente, exigindo que a equipe gestora esteja preparada para ajustar estratégias, reformular abordagens e reorientar prioridades sempre que necessário.

Essa adaptabilidade também deve se refletir em mecanismos de escuta ativa, monitoramento constante de indicadores e retroprocessos planejados, para que as soluções sejam efetivas não apenas do ponto de vista técnico, mas sobretudo social e territorial. A capacidade de revisar fluxos, atualizar ferramentas e readequar capacitações ao longo do tempo será decisiva para consolidar a transformação digital da saúde como uma política pública robusta, equitativa e sustentável.

Com isso, conclui-se que os pressupostos aqui elencados não são meros riscos ou obstáculos, mas condições críticas que precisam ser reconhecidas e acompanhadas de forma contínua, a fim de garantir a plena execução, os resultados concretos e os impactos esperados do Programa Saúde Digital de Campinas.

3. DIAGRAMA: OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO

Nome do Programa	Objetivos do Programa	Público-alvo
<p>SAÚDE DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS</p>	<ul style="list-style-type: none">► Alinhamento com a Estratégia Nacional de Saúde Digital (Portaria GM/MS nº 3.232/2024);► Uso estratégico e ético das tecnologias digitais;► Fortalecimento da interoperabilidade;► Redução das desigualdades no acesso à saúde digital;► Formação e capacitação em saúde digital;► Automação e otimização de processos assistenciais;► Fortalecimento do matriciamento interprofissional;► Uso de inteligência artificial na gestão e na assistência► Modelo de cuidado mais coordenado e centrado na pessoa;► Inserção de Campinas na vanguarda da inovação pública em saúde	<ul style="list-style-type: none">► Usuários do SUS Campinas Pacientes com condições agudas; com condições crônicas; Pessoas em listas de espera para exames e consultas especializadas; População que busca maior acesso, agilidade e resolutividade no cuidado; Cidadãos que podem se beneficiar de teleconsultas, telessaúde e IA.► Profissionais da Saúde Profissionais e gestores da rede pública que necessitam de formação contínua em saúde digital. Envolvidos com telemonitoramento, teleconsulta e apoio à decisão clínica. Público estratégico para a transformação cultural e operacional do SUS e Responsáveis por operacionalizar e sustentar o modelo híbrido de cuidado

4. MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS



5. LINHA DO TEMPO

A Linha do Tempo do Programa Saúde Digital em Campinas marca avanços desde sua concepção em 2022, com a criação do DEPS em 2023 e a implementação de ferramentas como telessaúde e prontuário eletrônico em 2024, alinhando-se às diretrizes nacionais da Estratégia de Saúde Digital e ao Índice de Maturidade do Ministério da Saúde.

MAR/2023	Capacitação técnica e Implementação do uso da plataforma Telessaúde; Início das atividades para Teleconsulta Sala Azul
MAI/2023	Inicio das Teleinterconsultas assíncronas; Parceria com EducaTV
AGO/2023	Ampliação especialidades Teleinterconsultas; Ampliação das Teleconsultas para Sala Azul e na APS; Início das primeiras gravações SaúdeFLIX e DIGITALK
DEZ/2023	Inicio da Teleorientação DPSS Atividades de Telerregulação; Início parceria com a PUCC
FEV/2024	Telemonitoramento- VDOT com DEVISA; Ampliação especialidades Teleinterconsultas; E ambulatórios Multiprofissional Transcender e PNAR;
ABR/2024	Tele Triagem Especialidades: Dermato, Gastro, Neuro e Reumato, Telediagnóstico ECG
JUN/2024	Inicio Cred: Sala Azul; Teleconsultorias DERAC; Curso Inovação em Saúde no Moodle; Letramento Digital CAPS
OUT/2024	Alta e Cuidado Compartilhado; Ampliação especialidades Teleinterconsultas; Estágio em Saúde Digital para Residentes MFC; Sala Azul com a PUCC - Alunos e Especialidades Articulação Proj Ext UNICAMP
DEZ/2024	I Seminário Saúde Digital: Conectando; Tecnologia, Assistência e Gestão; Plano Ação Programa SUS Digital:Campinas para a Região Teledermatoscopia - Piloto com Secretaria de Esportes e grupo SOnHe de Esportes e grupo SOnHe
FEV/2025	Teleconsultas Alergologia; Grupos Virtuais; Estágio Resid Multiprofissional Eletrivo

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas**: por onde começar? um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em:

<https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf>.

Acesso em: 11 dez. 2023

1. Anais do II Congresso Nacional de Saúde Pública e Gestão Municipal (II CONASAU). Campinas: Editora Integrar, 2024. Disponível em:

<https://www.editoraintegrar.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Anais-do-II-CONASAU.pdf>.

Acesso em: 06 ago. 2025.

2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e Estados: Campinas/SP. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

3. HORA CAMPINAS. SUS Campinas chega a 4 milhões de atendimentos em 2024. Publicado em: 28 jun. 2024. Disponível em:

<https://horacampinas.com.br/sus-campinas-chega-a-4-milhoes-de-atendimentos-em-2024/>.

Acesso em: 06 ago. 2025.

4. CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Decreto nº 22.180, de 10 de agosto de 2022. Dispõe sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/139648>. Acesso em: 06 ago. 2025.

5. CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Decreto nº 22.464, de 9 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Saúde Digital no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/140201>. Acesso em: 06 ago. 2025.

6. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – ENSP/FIOCRUZ. Campinas cria Escola de Saúde Pública (ESPC). Publicado em: 27 abr. 2023. Disponível em:

https://redescola.ensp.fiocruz.br/campinas-cria-escola-de-saude-publica-espc?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 ago. 2025.

7. SAS SMART. É oficial: SAS Smart vai assumir a telemedicina em Campinas. Publicado em: 23 mar. 2024. Disponível em:

[https://www.sassmart.com.br/post/%C3%A9-oficial-sas-smart-vai-assumir-a-telemedicina-e m-campinas?](https://www.sassmart.com.br/post/%C3%A9-oficial-sas-smart-vai-assumir-a-telemedicina-e-m-campinas?). Acesso em: 06 ago. 2025.

8. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – ENSP/FIOCRUZ. Visita técnica ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital (DEPS/SMS) Campinas/SP. Publicado em: 25 out. 2023. Disponível em:

https://redescola.ensp.fiocruz.br/visita-tecnica-ao-departamento-ensino-pesquisa-e-saude-digital-depssms-campinassp?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 ago. 2025.

9. Prefeitura de Campinas. “Secretaria de Saúde reduz filas para consultas pré-cirúrgicas e exames; veja lista”. Publicado em 22 de janeiro de 2024. Disponível em:

<https://campinas.sp.gov.br/noticias/104158/secretaria-de-saude-reduz-filas-para-consultas-pre-cirurgicas-e-exames-veja-lista> (acesso em 06 ago. 2025).